

**CATEGORIAS DE ANÁLISE
INTRAURBANAS NA PERSPECTIVA
TEÓRICA DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

*CATEGORIES OF INTRAURBAN ANALYSIS
IN THE THEORETICAL PERSPECTIVE OF
SPACE PRODUCTION*

*CATEGORÍAS DE ANÁLISIS INTRAURBANI
EN LA PERSPECTIVA TEÓRICA DE LA
PRODUCCIÓN DEL ESPACIO*

DIEGO FERRETTO

Universidade Paulista (UNIP) e Centro
Universitário FIAMFAAM – São Paulo (SP).
E-mail: diegoferretto@usp.br

Resumo: Este artigo tem por objetivo promover uma reflexão teórico-metodológica no campo da geografia, ao iluminar categorias de análise intraurbanas pertinentes à denominada perspectiva teórica da produção do espaço, de matriz marxista. A partir da revisão da literatura especializada, destacam-se contribuições de autores que buscaram operacionalizar as análises na escala intraurbana, superando a concepção restrita do espaço como mero suporte físico, ao assumir a dialética socioespacial como fundamento do método. Nessa perspectiva, são abordadas as categorias localização e estrutura intraurbana, assim como os agentes sociais, as formas e processos espaciais envolvidos na produção da cidade. Essas categorias, simultaneamente aplicadas, potencializam, em diferentes realidades urbanas, a compreensão das especificidades, assim como evidenciam a dialética socioespacial inerente à pesquisa urbana.

Palavras-chave: produção do espaço, espaço intraurbano, localização, estrutura intraurbana, formas e processos espaciais.

Abstract: This article aims to promote a theoretical-methodological reflection in the field of geography, by illuminating categories of intra-urban analysis relevant to the theoretical perspective of the production of space, of a Marxist matrix. Based on a specialized literature review, it is noticeable the contributions of authors who sought to operationalize the analyses on the intra-urban scale beyond the restricted conception of space as a mere physical support, by assuming the socio-spatial dialectic as the basis of the method. In this perspective, the categories of location and intra-urban structure are addressed, as well as the social agents, forms and spatial processes involved in the production of the city. These categories, simultaneously applied, enhance, in different urban realities, the understanding of specificities, as well as highlight the socio-spatial dialectic inherent to urban research.

Keywords: space production, intra-urban space, location, intra-urban structure, forms and spatial processes.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo proponer una reflexión teórico-metodológica en el campo de la geografía, iluminando categorías de análisis intraurbano relevantes para la llamada perspectiva teórica de la producción del espacio, de matriz marxista. Con base en la revisión de la literatura especializada, se destacan las contribuciones de los autores que buscaron operacionalizar los análisis a escala intraurbana, superando la concepción restringida del espacio como un mero soporte físico, asumiendo la dialéctica socioespacial como base del método. En esta perspectiva, se abordan las categorías de ubicación y estructura intraurbana, así como los agentes sociales, las formas y los procesos espaciales involucrados en la producción de la ciudad. Estas categorías, aplicadas simultáneamente, mejoran en diferentes realidades urbanas la comprensión de las especificidades, así como resaltan la dialéctica socioespacial inherente a la investigación urbana.

Palabras clave: producción des espacio, espacio intraurbano, ubicación, estructura intraurbana, formas y procesos espaciales.

Introdução

O objetivo desse texto consiste em promover uma reflexão teórico-metodológica, no campo da geografia, ao iluminar categorias

de análise intraurbanas pertinentes à denominada perspectiva teórica da produção do espaço.

Entende-se por perspectiva teórica da produção do espaço a abordagem de matriz marxista, constituída nas ciências sociais a partir da década de 1970, que ao evidenciar a dialética sociedade-espaço admite a reprodução ininterrupta da vida como dependente da reprodução continuada do espaço, sendo, portanto, o espaço, condição, meio e produto da reprodução da sociedade (CARLOS, 2015 [2011]). Para Villaça (2011), a concepção do espaço urbano como produto socialmente produzido pelo trabalho humano representou a possibilidade de inserir seu estudo sob a lógica do materialismo histórico, evidenciando a dominação e os conflitos de classe.

Assumida a perspectiva teórica da produção do espaço, a questão que se coloca versa sobre como proceder, a partir de uma teoria geral, com as análises focadas na escala intraurbana. Milton Santos (2005, p. 158) ilumina a questão ao afirmar que a aproximação do espaço, compreendido como uma totalidade, dá-se por meio do lugar, uma vez que o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele [...] que o mundo é percebido empiricamente”. Nesse caso, a problemática do espaço envolve a problemática da realidade urbana, da cidade, e da vida cotidiana. Em perspectiva semelhante, Villaça (2001 [1998], p. 44) observa que a análise de qualquer espaço social perpassa a identificação das “mediações corretas entre as macro-determinações socioeconômicas e esse espaço social, ou seja, as forças sociais que atuam nessas mediações e suas correspondentes formas de atuação”.

Diante disso, defende-se que a adoção da cidade como objeto de estudo, ao mesmo tempo que pressupõe a necessidade de sobreposição de escalas de análise, impõe o reconhecimento de suas

características e especificidades. Em direção às particularidades do espaço intraurbano destacamos três pontos fundamentais à sua compreensão: as localizações intraurbanas constituem o produto da produção do espaço; a noção de estrutura intraurbana instrumentaliza a abordagem da cidade, constituindo uma categoria de análise pertinente a essa escala; e, por fim, a produção do espaço intraurbano envolve agentes, processos e formas espaciais concretos, com destaque à centralização e à segregação socioespacial.

O texto se estrutura em dois núcleos, sendo o primeiro destinado a retomar os pontos centrais da perspectiva teórica da produção do espaço, e o segundo voltado à apresentação e discussão das categorias intraurbanas elencadas.

A perspectiva teórica da produção do espaço

Segundo Milton Santos (1988), o espaço caracteriza-se como o mais interdisciplinar dos objetos concretos, admitindo uma multiplicidade de significados e acepções; para David Harvey (2015), a complexidade de conceituação do espaço equipara-se à de natureza e cultura, conferindo-lhe, portanto, o *status* de uma palavra-chave, em alusão à obra *Keywords*, do pensador marxista Raymond Williams (2007).

Lefebvre (2013 [1985], p. 123) afirma que o espaço estaria em voga na década de 1970, assumindo diferentes significados, “espaço disso, espaço daquilo... - espaço pictórico, escultural, e até musical”, no entanto, no imaginário da maioria das pessoas, o espaço seguia associado à sua dimensão cósmica, aludindo à matemática e à geometria, como uma abstração, como um contentor sem conteúdo. Na filosofia, o espaço era tratado como mais uma categoria, na visão dos kantianos um *a priori*, enquanto nas disciplinas que dele se

ocupavam, era fragmentado segundo postulados específicos nos campos da geografia, da história e da sociologia.

Soja (1993 [1989], p. 18) adverte que uma abordagem excessivamente historicista na construção da teoria social moderna foi determinante em boa parte do século XX, obstruindo a compreensão em relação à espacialidade da vida social, sendo o espaço, portanto, tratado como morto e não dialético. Somente na década de 1970, as teorizações em torno do espaço conduzem à construção de uma determinada perspectiva teórica crítica, instrumental à análise do urbano, fundada em uma matriz teórica comum, a revisão (e espacialização) do marxismo ocidental.

Gottdiener (2010 [1985]) expõe que a análise urbana marxista se constitui em um momento de crise do capitalismo, de efervescência cultural, e agravamento dos problemas urbanos diante da intensificação do processo de urbanização. Entretanto, para o autor, a economia política marxista, na análise urbana, mostrou-se incapaz de fugir às categorias ideológicas do raciocínio dominante, considerando as formas espaciais como receptáculos de processos políticos e econômicos. A ampliação dessa abordagem, incluindo os diversos níveis de organização social, seria somente atingida com as formulações do sociólogo espanhol, radicado na França, Manuel Castells, e do filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre; com Castells, a partir da leitura estruturalista do espaço, e com Lefebvre, através de uma abordagem da dialética socioespacial. Apoiados em epistemologias distintas, os dois propuseram-se a superar as limitações da economia política marxista para compreender a natureza da organização espacial, por meio de uma concepção mais ampla entre espaço e sociedade, fornecendo assim alternativas ao pensamento marxista dogmático.

Filiado à teoria estruturalista de Louis Althusser, na obra *A questão urbana* (1972), Castells rejeita a compreensão do espaço como uma página em branco e observa que “não há teoria do espaço que não seja parte integrante de uma teoria social geral, mesmo implícita”, sendo necessário, portanto, estabelecer “as leis estruturais e conjunturais que comandam sua existência e sua transformação, bem como a especificidade de sua articulação com outros elementos de uma realidade histórica” (2009 [1983], p. 182). Contrário à ampla e contraditória noção de espaço, Castells assume o sistema urbano como objeto teórico, inserindo-o na estrutura EPI (composta pelos sistemas econômico, político e ideológico) e definindo-o como uma unidade econômica, em que as relações socioespaciais são determinadas pela estrutura econômica, dominante sob o modo de produção capitalista. O espaço urbano seria a unidade espacial da reprodução da força de trabalho, e os problemas considerados urbanos estariam vinculados estritamente aos processos de consumo coletivo, socializados e dependentes da intervenção do Estado para sua produção, distribuição e gestão.

A proposta estruturalista de Castells foi considerada reducionista no meio acadêmico. Gottdiener (2010 [1985]) identifica no autor a mudança do enfoque analítico do desenvolvimento de uma teoria espacial para uma teoria dos problemas urbanos, abandonando a tentativa de explicar como o espaço é produzido, para explicar a produção dos problemas urbanos. Embora tenha reconhecido, no posfácio de *A questão urbana*, redigido em 1975, que sua “teoria espacial” havia malogrado, Castells persiste na defesa de que os problemas considerados urbanos estão na esfera do consumo, envolvendo o acesso à habitação, educação, saúde, cultura, comércio e serviços, sendo, portanto, objetos de intervenção do Estado.

A abordagem espacial de Henri Lefebvre avança em relação à economia política marxista e à vertente estruturalista ao iluminar as relações dialéticas espaço-sociedade a partir da perspectiva teórica da produção do espaço. Segundo Lefebvre (2016 [1972]), sua reflexão sobre o espaço se dá em um nível teórico, indo de encontro à filosofia clássica através de sua preocupação com a apreensão da totalidade, pois o espaço desempenha função decisiva no estabelecimento dessa totalidade; nesse sentido, se dirige a uma metafilosofia, à medida que vincula a teoria à prática, compreendendo, de um lado, a análise crítica da realidade urbana e, do outro, a da vida cotidiana. Ao rejeitar a concepção de espaço como um dado *a priori*, uma abstração, um dado da natureza, mero suporte (passivo) da vida material, Lefebvre visualiza no espaço o desenvolvimento da atividade social, distinguindo-o, portanto, do espaço geométrico, mental, e reconhecendo-o como uma realidade social.

A discussão sobre o espaço social se desenvolve em Lefebvre em torno da noção de produção, sendo a denominada perspectiva teórica da produção do espaço associada a um momento da sociedade em que, sob o modo de produção capitalista, o espaço assume papel determinante, se manifestando de forma polivalente, pois constitui um produto que se utiliza, se consome, além de ser também um meio de produção.

Segundo Carlos (2011), a tese central de Lefebvre, na obra *A produção do espaço* (1974), consiste na ideia que o modo de produção produz concomitantemente relações sociais, seu espaço e seu tempo. Portanto, no capitalismo,

o processo de reprodução da sociedade, sob o comando do capital, realiza-se na produção do espaço. A partir desse momento, o espaço ganha [...]

outro significado, posto que vai parecer como condição para a reprodução do capital, assegurada pelo Estado (que produz espaço controlado). Em seu desenvolvimento, capitalismo produziu, nessa argumentação, o espaço da mundialidade através de relações novas de reprodução e dominação (CARLOS, 2011, p. 57).

Ao pensar a geografia a partir das obras de Marx e Henri Lefebvre, ato que define como uma orientação teórico-metodológica, Carlos defende a possibilidade de superar suas limitações como ciência parcelar, promovendo a análise da totalidade do processo de reprodução social. A autora explica que a noção de produção, como categoria central da análise, em Marx, é pensada como atividade essencial do humano, inerente ao seu processo constitutivo, circunscrita a um determinado período histórico, envolvendo contradições, renovações e rupturas. Em Lefebvre, a dupla determinação da produção engloba, por um lado, em sua objetividade, a produção material (*stricto sensu*) de objetos e mercadorias e também a reprodução da vida social, por outro lado, em sua subjetividade, contempla a produção (*latu sensu*) da consciência humana.

Assim, a sociedade se apropria do mundo através da apropriação do espaço e a reprodução ininterrupta da vida depende da reprodução continuada do espaço, revelando-se uma prática social que se realiza espacialmente, com especificidades históricas e em diferentes escalas e lugares, “o que implica pensar na relação dialética sociedade/espaço (um se realizando no outro e através do outro) e as mediações entre eles (CARLOS, 2011, p. 53)”.

Carlos (2011) afirma que, na geografia, as perspectivas de Marx e Lefebvre em torno da noção de produção possibilitaram ultrapassar a compreensão do espaço em sua objetividade pura, como

localização dos fenômenos, para entendê-lo como produção social, evoluindo da compreensão da “organização do espaço” à “produção do espaço”, tendo o materialismo histórico como orientação teórica, e o método dialético como caminho de pesquisa que permite pensar o espaço como mercadoria, inserido na totalidade da produção social capitalista.

Milton Santos (2008 [1985]), reconhecendo o espaço como uma realidade objetiva, produto social em permanente transformação, elenca quatro categorias de análise fundamentais ao método geográfico: forma, função, estrutura e processo. A categoria forma representa o aspecto visível de uma coisa; a função sugere a tarefa esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa; a estrutura representa as inter-relações de todas as partes; e o processo se caracteriza por uma ação contínua envolvendo a dimensão tempo. Segundo o autor, essas categorias são indissociáveis e estabelecem relações dialéticas entre si; se aplicadas isoladamente, representam realidades parciais, em conjunto, no entanto, permitem a análise dos fenômenos sociais em sua totalidade. Nesse sentido,

sempre que a sociedade (a totalidade social) sofre uma mudança, as formas ou objetos geográficos (tanto os novos quanto os velhos) assumem novas funções; a totalidade da mutação cria uma nova organização espacial. Em qualquer ponto do tempo, o modo de funcionamento da estrutura social atribui determinados valores às formas. Todavia, se examinamos apenas uma fatia do tempo homogêneo, careceremos de um contexto em que possamos buscar nossas observações, uma vez que a estrutura varia conforme os diferentes períodos históricos.

Dados os pressupostos que fundamentam a perspectiva teórica da produção do espaço, conforme alerta Carlos (2011, p.67)

“trata-se, agora, de construir o movimento que sinaliza a passagem da ‘produção do espaço’ à ‘produção da cidade’”, contemplando as práticas socioespaciais e a realidade urbana em sua totalidade, ou pensar o processo de reprodução social do espaço urbano em suas várias dimensões.

Com objetivo de instrumentalizar a pesquisa intraurbana, nesse estudo serão destacadas as seguintes categorias de análise: as localizações intraurbanas, a estrutura intraurbana, os processos, agentes e formas espaciais. Essas categorias, simultaneamente, permitem a análise das formas e da paisagem urbana, avançando em direção à compreensão dos processos, dos agentes e mediações envolvidos na produção da cidade.

As localizações intraurbanas

Villaça (1988, p. 102) define o espaço intraurbano como o movimento de um sistema de localizações, e afirma que a especificidade da produção do espaço urbano não está na produção edifícios ou infraestruturas, mas em suas localizações. Nesse sentido, defende que o produto da produção do espaço urbano (produto do trabalho que produz o ambiente construído) é a localização, que não pode ser considerada um “dom gratuito da natureza”. Diante da impossibilidade de considerar a localização um produto material, uma vez que esta caracteriza-se como um atributo (de algo material), Villaça busca em Marx a concretude desse atributo, considerando a terra-localização como um produto, à esteira dos estudos sobre preço, valor e renda da terra.

Segundo Villaça (2012), o conceito de localização não foi explorado por Marx em seus estudos sobre a renda da terra, em que determina que esta pode ser considerada capital, mesmo como dado

da natureza (produto não produzido), uma vez que o capital se incorpora à terra, elevando-a à categoria de capital fixo, assim Marx propôs os conceitos de “terra-matéria” e “terra-capital”. A partir desse raciocínio, Villaça sugere a expressão “terra-localização”, em que a terra urbana, na qualidade de produto do trabalho humano, tem tanto valor de uso quanto de troca.

O valor de uso da localização urbana, potencializado pelas interações dos diferentes elementos presentes na cidade, deriva, portanto, do trabalho feito fora dela, uma vez que a terra urbana pode conferir rendimentos ao proprietário mesmo sem que nenhuma atividade produtiva seja exercida sobre ela. Nesse caso, há dois tipos de rendimentos da terra: derivado da valorização do terreno, ou resultante de alguma atividade produtiva ou não produtiva realizada no terreno.

Villaça reflete sobre a irreprodutibilidade das localizações, afirmando que toda localização tem um preço de monopólio, que varia, no entanto, em função do trabalho social a ela incorporado, a exemplo do menor preço de um lote periférico frente a outro lote em área central, ou com algum atributo natural, como a vista para o mar, por exemplo. Assim, embora toda localização seja única, há diferentes graus de monopólio, interferindo no preço final da terra-localização. Constata-se, então, a impossibilidade da distribuição equitativa das localizações:

no espaço urbano, sempre haverá os que têm as melhores localizações - frequentemente, as muito melhores - e os que têm as piores localizações - frequentemente as muito piores. Assim, a apropriação do produto “localização” sempre será objeto de disputa (VILLAÇA, 2012, p. 268).

A disputa pelas melhores localizações é associada também à disputa pelos elementos que participam dessa produção, notadamente relacionados aos deslocamentos, incluindo transportes e sistema viário. Assim, “a importância do tempo de deslocamento espacial dos seres humanos, como determinando a produção do espaço e como objeto de disputa por seu controle” (VILLAÇA, 2012, p. 268).

A partir dos pressupostos em torno da importância das localizações para a compreensão das lógicas de produção do espaço, apresenta-se, a seguir, a categoria estrutura intraurbana, considerando que é partir dessa categoria que se podem apreender as localizações intraurbanas, seus elementos e as relações que as produzem.

A estrutura intraurbana

Segundo Tourinho (2011) a noção de estrutura surge no vocabulário científico, no século XIX, com Spencer, Morgan e Marx, sendo difundida desde a década de 1930 pela corrente de pensamento denominada “estruturalista”, atingindo diversos campos disciplinares. A autora aponta a dificuldade de definição de estrutura devido suas diversas acepções, e mostra que Bastide (1973), analisando o uso do termo nas ciências humanas e sociais, conclui que nas diferentes abordagens há em comum a noção de que uma estrutura extrapola um conjunto de elementos agrupados, sendo composta, simultaneamente, pelo todo, pelas partes e pelas relações que estabelecem entre si.

As definições de estrutura, em sua diversidade, remetem à visão sistêmica, inclusive a ela se equiparando algumas vezes, no entanto, entende-se por estrutura uma fração do sistema, ou um

subsistema, uma vez que o sistema engloba todos os elementos de determinada totalidade, enquanto a estrutura “apenas aqueles que são fundamentais para o funcionamento desse todo, sendo essa essencialidade definida pela capacidade que tem de, ao se alterar, transformar o todo” (TOURINHO, 2011, p. 79). A estrutura consiste, portanto, em uma das dimensões analíticas do sistema, sem esgotá-lo.

Villaça (2001 [1998], p.12) afirma que a categoria estrutura, quando relativa ao espaço intraurbano, se refere à localização relativa de elementos espaciais e suas relações, ou, em outras palavras, corresponde a “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”.

Segundo Castells (1979 [1975], p.141), a compreensão da cidade deve partir da análise de sua estrutura, entendida como “uma organização relativamente estável de elementos básicos de uma unidade urbana, regida por uma lei determinada”, submetida às lógicas de uma formação social específica.

Tourinho (2011) defende ser a estrutura urbana uma categoria útil à abordagem do sistema espacial urbano, referindo-se à maneira como os elementos/relações essenciais, ao se modificarem, têm capacidade de modificar os demais. Na escala interurbana, a noção de estrutura expressa as distribuições e articulações entre as cidades no território; na escala intraurbana, evidencia como as partes da cidade se relacionam e organizam o todo.

A autora adverte que a estrutura urbana é algo a ser desvendado, uma vez que não deriva unicamente da apreensão empírica da realidade concreta, exigindo investigações teóricas. Os

elementos que compõem a estrutura urbana variam no tempo e no espaço e dependem da escala de análise adotada, uma vez que as estruturas, inseridas em sistemas espaciais produzidos historicamente, são mutáveis; a passagem de uma estrutura à outra se associa à dinâmica do sistema urbano, que se constitui por natureza um sistema aberto. A apreensão das fontes de transformações na estrutura urbana depende da identificação dos elementos a ela submetidos e das forças que os regem. Portanto, as análises das estruturas espaciais (inter e intraurbanas) não se constituem como finalidades em si mesma, mas como possibilidades de revelar os processos sociais que as animam, sendo inclusive instrumentos de apreensão da realidade socioespacial, passíveis ao direcionamento do processo político de transformação.

Castells (1979 [1975], p.142) observa que ao tratar-se de estrutura é preciso identificar suas relações de base e determinar os elementos dessas relações. A cidade, entendida pelo autor como uma coletividade multifuncional territorialmente delimitada, se define pela interação de quatro processos: produção, consumo, intercâmbio e gestão. Esse esquema analítico da estrutura urbana considera sua inserção na dinâmica social geral e supera a classificação funcional da cidade restrita às funções trabalho, habitação, lazeres e circulação, conforme proposto na Carta de Atenas.

A primeira relação de base, o processo de produção, engloba as atividades que direta ou indiretamente contribuem para a produção de bens ou para a organização do processo produtivo, a exemplo das indústrias, escritórios e instituições financeiras; o processo de consumo, por sua vez, é entendido na esfera da reprodução da força de trabalho, sendo a habitação seu elemento espacial resultante, como lugar de apropriação individual do produto

do trabalho social; o intercâmbio (de bens, serviços, pessoas e informações) tem duas expressões espaciais, as áreas comerciais e espaços de sociabilização, e as infraestruturas ou sistemas de circulação e transporte; por fim, o processo de gestão se especializa diretamente através de edifícios da administração pública (uso institucional), e indiretamente pela sua intervenção na organização espacial da cidade por meio do planejamento urbano.

Em perspectiva similar a Castells, ao analisar o espaço intraurbano metropolitano, na obra *Espaço intra-urbano no Brasil* (1998), Villaça considera como elementos principais da estrutura urbana os centros principais das metrópoles, os subcentros, os conjuntos de bairros residenciais segundo as classes sociais, e as áreas industriais. À estrutura urbana estão associadas outras estruturas territoriais, como os sistemas de saneamento e transporte, a primeira, no entanto, é a mais importante porque determina e incorpora as demais.

Estabelecidos os contornos teórico-conceituais em torno da categoria estrutura intraurbana, é possível avançar em direção à compreensão dos agentes, processos e formas espaciais que a animam.

Agentes, processos e formas espaciais intraurbanos

A perspectiva teórica pautada na produção do espaço e na dialética socioespacial pressupõe a ação de agentes sociais concretos envolvidos nos processos de produção e consumo do espaço intraurbano. Refletindo sobre a questão, Corrêa (2013) observa que se trata de agentes sociais históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, contraditórias e conflituosas. O autor categoriza tais agentes em cinco grupos: dos

proprietários dos meios de produção, dos proprietários fundiários, dos promotores imobiliários, do Estado e dos grupos sociais excluídos, afirmando que a partir de sua ação o espaço é produzido, e dotado de materialidades (ruas, fábricas, cultivos, comércios etc.). A ação desses agentes pode-se dar de forma combinada, ou de maneira isolada: a ação do Estado, central na produção da cidade, frequentemente privilegia agentes privados, voltados à extração da renda da terra-localização; nos grupos excluídos, aquela parcela da população sem acesso à cidade formal, e carente de políticas públicas, a produção do espaço resulta da necessidade, essencialmente de moradia, sobretudo em localizações rejeitadas pelo mercado, áreas vulneráveis social e ambientalmente. Ao esquema teórico de Corrêa, acrescenta-se a complexidade dos processos de acumulação capitalista no período atual que se realizam através de investimentos do capital financeiro no setor imobiliário.

Entre processos sociais, de um lado, e formas espaciais, de outro, aparece um elemento mediatizador que viabiliza que os processos sociais originem as formas espaciais, representado por um conjunto de forças atuantes ao longo do tempo, postas em ação pelos diversos agentes modeladores, que permitem localizações e realocações das atividades e da população na cidade (CORRÊA 2005 [1989], p. 36).

Corrêa (2013) adverte que a noção de processo espacial, embora possa ser vista como um sinônimo de processo ecológico, na acepção da Escola de Chicago, em termos explicativos não admite nenhuma analogia com a ecologia vegetal, pois os processos espaciais representam o movimento de transformação da estrutura social, sendo, portanto, de natureza social e não ecológica. Dentre os processos espaciais e suas respectivas formas, têm destaque: a

centralização e as áreas centrais; a descentralização e os núcleos secundários; a coesão e as áreas especializadas; a segregação e as áreas sociais; a inércia e as áreas cristalizadas. A centralização e a segregação têm ocupado lugar de relevo nos estudos urbanos pelos altos níveis de determinação que exercem sobre a estrutura intraurbana.

Segundo Tourinho (2004, p. 411), a ideia de centralidade indica a aptidão de certos elementos urbanos de promover ou impulsionar fluxos de ideias, mercadorias ou serviços. Sendo assim, as áreas centrais são aquelas que possuem atributos de centralidade, portanto, a centralidade não se constitui um atributo exclusivo do centro principal ou tradicional, podendo assumir diversas outras formas de expressão na cidade capitalista contemporânea, que se espacializam em subcentros de negócios, comércio e serviços, ou em grandes equipamentos de consumo coletivo, como os *shopping centers*.

A centralidade e o centro, portanto, precisam ser entendidos como parte do processo de produção do espaço urbano, comandado por uma série de agentes sociais movidos por interesses diversos. Villaça desenvolve dois argumentos: primeiro, a natureza do centro urbano está associada à motivação das pessoas em se aglomerar em determinadas áreas da cidade, tendo em vista minimizar os desgastes com os deslocamentos espaciais necessários à sua sobrevivência material; segundo, a produção da centralidade é um processo dialético, pois toda a aglomeração (aproximação) gera também afastamento. “[...] Nenhuma área é (ou não é) centro; torna-se ou deixa de ser centro” (VILLAÇA, 2001 [1998], p. 238).

O controle ou a possibilidade de escolha do tempo de deslocamento em uma sociedade de classes, mediada pelo poder

político e econômico, está nas mãos da classe dominante, que produz as localizações que lhe forem mais convenientes. De acordo com Villaça (2001 [1998], p. 239), no caso da proximidade do centro a variável tempo de deslocamento só teria papel determinante nas aglomerações mais simples, uma vez que, em realidades mais complexas, a exemplo das metrópoles, cidades grandes e algumas cidades médias brasileiras, a disputa pelas localizações urbanas envolve uma série de outras variáveis, sendo possível que as classes de maior renda optem por aumentar as distâncias de deslocamentos em prol de alguma vantagem, como amenidades naturais, por exemplo, no entanto sempre garantindo a acessibilidade ao centro, ou aos centros de seu interesse, por meio do transporte individual motorizado.

A segregação socioespacial, por sua vez, é assumida como um dos fundamentos da produção do espaço urbano, em sua dimensão negativa, evidenciando as contradições entre valor de uso e valor de troca, a partir da propriedade privada e da fragmentação socioespacial (CARLOS, 2013). Do ponto de vista empírico, com base em autores como Marques (2005), Sposito (2013) e Sabatini (2003), a segregação pode ser definida como algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento (físico) de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais. Essa definição permite a abordagem da segregação em suas dimensões objetivas, passíveis de mensuração, ao passo que viabiliza também o reconhecimento das dimensões subjetivas do processo, associadas às desigualdades de acesso e ao prestígio ou estigma sociais das áreas segregadas. Além disso, necessariamente vinculada à uma escala espacial de análise, a noção permite o reconhecimento de distintas

modalidades de segregação, não se limitando às formas extremas, onde há presença de barreiras físicas.

Dentre as premissas metodológicas relacionadas ao conceito de segregação destacamos os seguintes pontos: a segregação constitui um conceito de natureza espacial (exigindo a adoção de uma escala geográfica de análise), portanto, se difere de processos como exclusão e desigualdades sociais, embora a eles se articule; a produção da segregação resulta da ação de agentes e grupos sociais concretos; a segregação envolve um processo, podendo ser compreendida (e explicada) somente em sua dimensão espaço-temporal (MARQUES, 2005; SPOSITO, 2013).

A partir dessas considerações, supera-se a interpretação da segregação como mero reflexo da estrutura social, reconhecendo também seu papel ativo na produção do espaço urbano, enquanto processo que condiciona a vida cotidiana e as práticas sociais e se constitui, portanto, na esfera da dialética socioespacial. A segregação, nesse sentido, pode também ser entendida como um instrumento de dominação exercido pelas elites na produção desigual do espaço urbano, com objetivo de garantir privilégios locacionais, segundo parâmetros diversos (SABATINI, 2003; VILLAÇA, 2011 [1998]).

No uso residencial, a apropriação desigual do espaço urbano se manifesta de forma marcante, especialmente nas sociedades em que as desigualdades sociais são muito severas. E é no habitar, necessidade essencial para a reprodução da vida, que o sistema capitalista revela sua face mais perversa, uma vez que condiciona o acesso à habitação ao poder econômico, que está, por sua vez, concentrado nas mãos de poucos. Conforme afirma Milton Santos (2007 [1987], p. 81),

cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão, depende de sua localização no território. Seu valor vai mudando incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço) independentes de sua própria condição. Pessoas com as mesmas virtualidades, a mesma formação e até o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar onde vivem. As oportunidades não são as mesmas. Por isso a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Ao analisar a cidade contemporânea, Sposito (2013) chama atenção para a potencialidade do par analítico segregação socioespacial e centralidade urbana para a compreensão dos processos de reestruturação intraurbana, que se materializam a partir da ampliação e transmutação da segregação em fragmentação socioespacial.

Sposito (2013) explica que à cidade monocêntrica sucedeu-se a cidade multicêntrica, com novas áreas centrais hierarquicamente inferiores ao centro principal, também denominado histórico ou tradicional, elemento principal da estrutura urbana. Posteriormente, a emergência da policentralidade denotou nova lógica, à medida que as escolhas locacionais não se orientam exclusivamente pela cidade existente, mas pela criação de novos atributos, pela produção de novas localizações intraurbanas, a exemplo das grandes incorporações de complexos multiuso, espaços comerciais, como *shopping centers* e hipermercados, e áreas residenciais, como os condomínios fechados horizontais, nas periferias.

Desse modo, ao processo de estruturação socioespacial predominante no século XX, caracterizado pelo modelo de segregação centro-periferia, sobrepõem-se novas lógicas que permitem, segundo Sposito (2013, p.78), adotar o termo “reestruturação, porque há

reorientação das escolhas locacionais, porque há diversificação delas e, sobretudo, porque o processo em curso é muito mais complexo do que aquele que vigorou até o terceiro quartel do século XX”.

As implicações do processo de reestruturação intraurbana sobre a segregação socioespacial perpassam a dispersão de novas áreas comerciais e residenciais, de média e alta renda, para áreas periféricas, tradicionalmente ocupadas pelos mais pobres. Esse processo se viabiliza através do transporte individual, que mesmo diante da ampliação das distâncias, garante maior mobilidade intraurbana se comparado ao transporte coletivo, garantindo assim acesso aos locais de trabalho e aos espaços de lazer e consumo das classes dominantes. Nesse contexto, o processo de segregação se amplia e se complexifica, viabilizado pelas relações entre o espaço policêntrico e as formas de circulação, e respaldado nas condições políticas, socioeconômicas e ideológicas que permeiam a produção do espaço urbano (SPOSITO, 2013).

Sposito (2013) reforça que as novas segregações não se restringem ao uso residencial, extrapolando a concepção original da Escola de Chicago, uma vez que a diversificação dos espaços de consumo, de práticas e percursos urbanos, incluem todas as esferas da vida cotidiana, exigindo, segundo a autora, a adoção da ideia de fragmentação socioespacial. Assim, o conceito de segregação não seria mais suficiente para dar conta da complexidade dos processos de reestruturação intrarurbana onde ocorre a radicalização das formas de segmentação socioespacial.

Trata-se, portanto, de processos que se sucedem temporalmente,

sendo a fragmentação socioespacial mais recente e mais abrangente, visto que resulta de um arco amplo de dinâmicas, envolvendo diferentes formas de

uso e apropriação do espaço. Assim não se poderia aplicar esta ideia à cidade do começo do século XX, a partir da qual se anuncia o conceito de segregação, sendo, entretanto, possível tratar tanto da segregação socioespacial como da fragmentação socioespacial, na cidade, reservando-se esta última expressão para analisar o conjunto de formas de diferenciação e segmentação socioespacial presentes nos espaços urbanos contemporâneos, incluindo-se entre elas o par segregação - autosegregação, este muito mais atinente ao uso residencial (SPOSITO, 2013, p. 84).

Villaça (2011), ao estudar os processos de segregação na área metropolitana de São Paulo, enfatiza que no setor sudoeste há uma tripla segregação das camadas de alta renda, concentrando suas residências, seus empregos, seus comércios e seus serviços. Nessa colocação, embora não apresente a ideia de fragmentação socioespacial, o autor não restringe à segregação socioespacial ao uso residencial, evidenciando a complexificação do processo em áreas metropolitanas.

Por fim, ressalta-se, assim como o faz Sposito (2013), que é necessário tratar da segregação segundo as especificidades das diferentes formações socioespaciais, considerando que os processos de estruturação e reestruturação do espaço intraurbano, embora submetidos à mesma lógica capitalista de produção do espaço, apresentam conteúdos e ritmos particulares nos lugares.

Tomando-se o caso brasileiro como exemplo que, em linhas gerais, reproduz a realidade latino-americana, tem-se que enquanto os processos de fragmentação socioespacial são recorrentes e mais avançados nos espaços metropolitanos, os processos de estruturação intraurbana em curso nas cidades médias apresentam diferentes estágios, perpassando a manutenção da tradicional estrutura socioespacial caracterizada pelo modelo centro-periferia, a

emergência de novos padrões de autosegregação das elites, e finalmente, em casos mais complexos, a manifestação de processos de fragmentação socioespacial, caracterizados pela associação de comércios e serviços ao uso residencial, promovendo a constituição de setores privilegiados.

Nesse contexto, evidencia-se a necessidade e a utilidade do método e do emprego de categorias de análise voltadas à compreensão das diversas realidades socioespaciais, em suas especificidades, complexidades e temporalidades distintas.

Conclusões

A luz da revisão da literatura, esse texto buscou elencar os pontos que fundamentam a denominada perspectiva teórica da produção do espaço, tendo por objetivo central iluminar algumas categorias de análise instrumentais à escala intraurbana.

Em linhas gerais, o debate espacial se estrutura internacionalmente na década de 1970, como uma revisão do marxismo ocidental (Soja 1993 [1989]), em um momento de crise do capitalismo, efervescência cultural, e agravamento dos problemas urbanos derivados do intenso processo de urbanização. Nesse debate, Gottdiener (2010 [1985]) destaca as contribuições de Manuel Castells e de Henri Lefebvre, que apoiados em epistemologias distintas, buscaram superar as limitações da economia política marxista para compreender a natureza da organização espacial.

No entanto, é a partir das formulações de Lefebvre que se constituiu a denominada perspectiva teórica da produção do espaço, rejeitando a concepção de espaço como suporte passivo da vida material, e reconhecendo-o como uma realidade social. Sob o capitalismo, evidencia-se a dialética socioespacial, em que a

reprodução ininterrupta da vida depende da reprodução continuada do espaço, sendo, portanto, o espaço, condição, meio e produto da reprodução da sociedade (CARLOS, 2015 [2011]). Assim, a noção de produção extrapola seu sentido estritamente econômico e material.

A partir dos pontos centrais que fundamentam a perspectiva da produção do espaço, atentou-se para as possibilidades de instrumentalização dessa teoria geral à análise intraurbana, abordando categorias de análise capazes de dar conta dos arranjos internos da cidade, dentre as quais destacou-se a estrutura e as localizações intraurbanas, assim como a identificação dos agentes sociais, formas espaciais e processos envolvidos na produção da cidade. A utilização dessas categorias, sempre de forma complementar, pressupõe a possibilidade de apreensão das estruturas intraurbanas, em seus processos fundamentais, e em suas especificidades, nesse caso estabelecendo-se a possibilidade de articulação entre teoria e empiria.

Finalmente, cabe indagar em que medida o método e as categorias aqui destacados se mantêm válidos nesse início de século, dadas as aceleradas transformações socioeconômicas vivenciadas nas últimas décadas.

Conforme ressaltam Carlos, Souza e Sposito (2011, p. 14), no contexto de expansão do capitalismo e do processo de globalização, e diante da complexidade da sociedade contemporânea, a produção do espaço permanece elemento central à problematização do mundo contemporâneo, fundamental tanto à realização do processo de acumulação capitalista, quanto à (re)produção da vida, realizada em espaços-tempos concretos. Daí a necessidade de um “olhar teórico visceral e diretamente articulado” instrumental às práticas de resistência, a práxis, “em um movimento que revele o sentido e o

fundamento dos conflitos que se estabelecem hoje, em torno do espaço, como luta pelo ‘direito à cidade’”.

Carlos (2011, p. 60) reitera que, nesse período histórico, uma nova contradição fundamenta a produção do espaço: a apropriação privada de um produto socialmente produzido, sendo seu acesso mediado pelo mercado imobiliário, com sobreposição do valor de uso ao valor de troca, e evidenciando o espaço-mercadoria como constituinte da realidade e como fonte de alienação. A autora alerta que, ironicamente, o abandono do debate da produção do espaço coincide com a expansão da propriedade privada e do mundo da mercadoria, interceptando também a vida cotidiana e produzindo novas contradições.

Reafirma-se, portanto, a importância do método, entendido como um conjunto coerente de ideias e conceitos, amparado em uma visão de mundo crítica, como instrumental à compreensão da realidade, nesse caso, a realidade socioespacial intraurbana, interpretada por categorias de análise pertinentes à perspectiva teórica da produção do espaço.

Referências bibliográficas

BASTIDE, R. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. *In: BASTIDE, R. (Org.) Usos e sentidos do termo estrutura nas ciências sociais*. São Paulo: Editora Harder; Edusp, 1973, p. 1-12.

CARLOS, A. F. *A condição espacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2015 [2011].

CARLOS, A. F. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. *In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 95-110.

CARLOS, A. F. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. *In*: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 54-73.

CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). Introdução. *In*: CARLOS, A. F.; SOUZA, M. L.; SPOSITO, M. E. (Orgs.). *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Editora Contexto, 2011, p. 9-18.

CASTELLS, M. *A questão urbana*. 4. ed. Tradução: Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009 [1983].

CASTELLS, M. *Problemas de investigação em Sociologia Urbana*. 2. ed. Tradução: Lemos de Azevedo. Lisboa: Editorial Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1979 [1975].

CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2005 [1989].

CORRÊA, R. L. Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano. *In*: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 39-60.

GOTTDIENER, M. *A produção social do espaço urbano*. 2. ed. Tradução: Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 2010 [1993].

HARVEY, D. O espaço como palavra-chave. *Revista Em Pauta*, v.13, n.35, p. 126-152, 1º sem. 2015.

LEFEBVRE, H. *Espaço e política: o direito à cidade II*. Tradução: Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denski e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016 [1972].

LEFEBVRE, H. Prefácio: A produção do espaço. Tradução: Ana Cristina Nasser; Revisão técnica: Fraya Frehse. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.27, n.79, p. 123-132, 2013 [1985]. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142013000300009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 22 abr. 2019.

LEFEBVRE, H. *The production of space*. Tradução: Donald Nicholson-Smith. Oxford: Brasil Blackwel, 1991 [1974].

MARQUES, E. Elementos conceituais da segregação, da pobreza urbana e da ação do Estado. *In*: MARQUES, E.; TORRES, H. (Orgs.).

São Paulo, segregação, pobreza e desigualdades sociais. São Paulo: Senac, 2005, p. 19-56.

SABATINI, F. *La segregación social del espacio en las ciudades de América Latina*. Banco Interamericano de Desarrollo. Departamento de Desarrollo Sostenible. Division de Programas Sociales, Washington. 2003. Disponível em: <https://publications.iadb.org/es/publicacion/15146/la-segregacion-social-del-espacio-en-las-ciudades-de-america-latina>. Acesso em: 03 jul. 2017.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, M. *Espaço e método*. 5. ed. São Paulo: Edusp, 2008 [1985].

SANTOS, M. *O espaço do cidadão*. 7 ed. São Paulo: Edusp, 2007 [1987].

SANTOS, M. O espaço geográfico como categoria filosófica. *Terra Livre*, São Paulo, n. 5, p. 9-20, 1988.

SPOSITO, M. E. B. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação socioespacial*. São Paulo: Editora Contexto, 2013, p. 61-94.

SOJA, E. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993 [1989].

TOURINHO, A. O. *Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo*. 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TOURINHO, H. L. *Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana*. 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

VILLACA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001 [1998].

VILLACA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2012.

VILLACA, F. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 25, n. 71, pp. 37-58, abr. 2011. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142011000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 jan. 2020.

VILLACA, F. *Sistematização crítica da obra escrita pelo Prof. Dr. Flávio José Magalhães Villaça sobre espaço urbano*. São Paulo, 1988. Tese (Livre-Docência) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

WILLIAMS, R. *Palavras-Chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

Submetido em: 20 de junho de 2020.

Devolvido para revisão em: 09 de julho de 2020.

Aprovado em: 16 de julho de 2020.

Como citar este artigo:

FERRETTO, Diego. Categorias de análise intraurbanas na perspectiva teórica da produção do espaço. **Terra Livre**, v. 1, n. 54, p. 170-197, jan.-jun./2020.